ISSN: 2358-8829

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS DO ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REDE PÚBLICA DE MARECHAL DEODORO – AL

Elthon Khaun Rodrigues Correia [1]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a garantia do direito à educação, compreendendo não apenas o acesso dos estudantes às instituições de ensino, mas também a criação de condições que possibilitem sua participação, aprendizagem e desenvolvimento. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, enquanto a Lei nº 9.394/1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prevê a oferta da educação especial como modalidade de educação escolar destinada aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1988, 1996). Entretanto, a efetivação desse direito pressupõe a superação de barreiras que podem comprometer a participação dos estudantes no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, Mantoan (2015) compreende a inclusão escolar como um processo que exige transformações nas concepções, nas práticas pedagógicas e na organização da escola, de modo que as diferenças sejam reconhecidas como parte constitutiva dos processos educativos.

Na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, a construção de práticas inclusivas assume particular importância, uma vez que as interações e as brincadeiras constituem eixos estruturantes das experiências de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as propostas pedagógicas devem assegurar experiências que promovam o desenvolvimento integral, respeitando as características e as necessidades das crianças (Brasil, 2009). De maneira complementar, a Base Nacional Comum Curricular destaca os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se como

[1] Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, elthon.correia@igdema.ufal.br;

ISSN: 2358-8829

fundamentos das experiências educativas nessa etapa (Brasil, 2018). Assim, a inclusão de crianças com deficiência e de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer a organização de situações pedagógicas que considerem diferentes formas de comunicação, interação e participação, evitando que as particularidades individuais se transformem em obstáculos ao acesso às experiências escolares.

O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por diferenças persistentes na comunicação e na interação social, associadas a padrões restritos ou repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, cujas manifestações apresentam variabilidade entre os indivíduos. No contexto educacional, essa heterogeneidade exige que as práticas pedagógicas não sejam definidas exclusivamente a partir do diagnóstico, mas também das necessidades, das potencialidades e das formas de participação de cada criança. A Lei nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e reconheceu a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais (Brasil, 2012). No campo da escolarização, Camargo e Bosa (2009) discutem a relação entre competência social, autismo e inclusão escolar, ressaltando a importância de compreender as possibilidades de interação das crianças em seus contextos educativos. Essa perspectiva contribui para uma abordagem que não reduz a criança ao diagnóstico, mas considera as relações estabelecidas com os colegas, os profissionais e o ambiente escolar.

Nesse cenário, as tecnologias assistivas podem constituir recursos relevantes para ampliar as possibilidades de comunicação, autonomia, participação e acesso às atividades pedagógicas. A Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, define tecnologia assistiva como o conjunto de produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços voltados à promoção da funcionalidade, da atividade e da participação, visando à autonomia, à independência, à qualidade de vida e à inclusão social (Brasil, 2015). A definição evidencia que a tecnologia assistiva não se limita a equipamentos eletrônicos ou dispositivos digitais, abrangendo também estratégias e recursos selecionados para responder a necessidades funcionais específicas. Bersch (2017), ao discutir os conceitos e as aplicações da tecnologia assistiva, destaca seu papel na ampliação das habilidades funcionais e na promoção da independência das pessoas com deficiência. No ambiente escolar, sua

ISSN: 2358-8829

utilização deve estar associada à identificação de barreiras e à definição de objetivos pedagógicos e funcionais, considerando as características de cada estudante.

É importante distinguir, portanto, o emprego genérico de tecnologias digitais da utilização de tecnologias assistivas. Embora computadores, tablets e aplicativos possam integrar atividades pedagógicas, sua presença na escola não os caracteriza automaticamente como recursos assistivos. Essa caracterização depende da finalidade de seu uso e de sua contribuição para ampliar a funcionalidade e a participação diante de uma necessidade identificada. Nesse sentido, Galvão Filho (2009), ao discutir a tecnologia assistiva no contexto da educação inclusiva, contribui para compreender as relações entre os recursos tecnológicos, a acessibilidade e as possibilidades de participação dos estudantes. A escolha desses recursos precisa estar vinculada às barreiras encontradas no cotidiano escolar, à observação das respostas da criança e à mediação pedagógica. Dessa forma, a tecnologia não deve ser compreendida como uma solução isolada para as dificuldades de inclusão, mas como um meio que pode favorecer o envolvimento da criança nas experiências educativas quando articulado ao planejamento e às práticas desenvolvidas pelos profissionais da educação.

Apesar dos avanços legais e conceituais relacionados à educação inclusiva, a efetivação de práticas acessíveis ainda envolve desafios referentes à organização escolar, à disponibilidade de recursos, à preparação dos profissionais e à articulação entre os diferentes agentes responsáveis pelo processo educativo. Glat e Pletsch (2011), ao discutirem a educação inclusiva e a formação de professores, contribuem para o debate sobre as condições necessárias à construção de práticas pedagógicas que atendam à diversidade presente nas escolas. No caso das crianças com TEA, a utilização de recursos assistivos precisa considerar não somente o atendimento de necessidades individuais, mas também a possibilidade de continuidade das estratégias no cotidiano escolar. A atuação dos professores, dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), dos profissionais de apoio e dos demais agentes envolvidos requer delimitação de atribuições e articulação pedagógica, de modo que os recursos utilizados não permaneçam restritos a situações isoladas de acompanhamento.

Diante dessas questões, o presente trabalho aborda experiências de acompanhamento individualizado de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil da rede pública municipal de Marechal Deodoro, Alagoas,

ISSN: 2358-8829

desenvolvidas em Sala de Recursos Multifuncionais. A experiência, conforme apresentada no resumo simples, envolve a utilização de recursos tecnológicos assistivos direcionados ao estímulo da comunicação, da interação, da autonomia e da participação no cotidiano escolar. A discussão parte da necessidade de compreender como esses recursos se articulam às práticas pedagógicas e às necessidades específicas das crianças, considerando tanto suas possibilidades quanto os desafios encontrados na organização do trabalho educativo. Nesse contexto, estabelece-se como questão norteadora: quais contribuições e desafios são identificados na utilização de tecnologias assistivas durante o acompanhamento de crianças com TEA na Educação Infantil da rede pública municipal de Marechal Deodoro–AL?

O objetivo geral consiste em analisar as contribuições das tecnologias assistivas no acompanhamento de crianças com TEA na Educação Infantil da rede pública municipal de Marechal Deodoro–AL, considerando a atuação do profissional responsável pela mediação entre os recursos utilizados, as práticas pedagógicas e as necessidades das crianças. Especificamente, busca-se identificar as possibilidades de utilização desses recursos no contexto da experiência, discutir sua relação com a comunicação, a interação, a autonomia e a participação escolar e refletir sobre os desafios que envolvem a organização das práticas inclusivas e a articulação entre os profissionais. A investigação caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa, fundamentado nos acompanhamentos individualizados realizados em Sala de Recursos Multifuncionais, conforme descrito no resumo simples. A análise considera a experiência como oportunidade de reflexão sobre as práticas desenvolvidas, sem pretender estabelecer relações causais ou generalizar os resultados para outros contextos escolares.

Os resultados sintetizados no resumo indicam que a utilização de recursos tecnológicos assistivos pode ampliar as possibilidades de aprendizagem e favorecer práticas inclusivas mais individualizadas. Ao mesmo tempo, apontam desafios relacionados à formação dos profissionais, à organização escolar e à integração entre os agentes envolvidos no processo educativo. Esses elementos reforçam a necessidade de compreender a tecnologia assistiva em articulação com a mediação pedagógica, a observação das necessidades individuais e a construção de condições efetivas de participação. Desse modo, o trabalho busca contribuir para as discussões sobre a inclusão escolar de crianças com TEA na Educação Infantil pública, destacando as possibilidades

ISSN: 2358-8829

e os limites da utilização de recursos assistivos e a importância de práticas educativas planejadas, acessíveis e articuladas às singularidades das crianças.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, elaborado a partir do acompanhamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante a utilização de recursos tecnológicos no contexto da Educação Infantil. A experiência foi desenvolvida entre novembro de 2025 e abril de 2026, em duas escolas públicas municipais de Educação Infantil localizadas no município de Marechal Deodoro, Alagoas.

Participaram da experiência 16 crianças com idades entre 3 e 5 anos, sendo oito acompanhadas em cada instituição. As crianças apresentavam diagnóstico de TEA, com níveis de suporte 2 e 3. Os atendimentos ocorreram nas Salas de Recursos Multifuncionais, em conjunto com a professora psicopedagoga responsável pelo acompanhamento pedagógico. A participação das crianças ocorreu no contexto dos atendimentos educacionais realizados nas instituições, respeitando-se os procedimentos de autorização estabelecidos para a realização da experiência.

A atuação do autor ocorreu na função de assistente tecnológico, com a responsabilidade de intermediar a utilização dos tablets pelas crianças durante as atividades propostas. Os atendimentos aconteciam uma vez por semana, com duração aproximada de uma hora para cada criança. Nesse período, eram desenvolvidas atividades recomendadas por uma plataforma digital, cujas sugestões eram definidas a partir de informações obtidas por meio de questionários respondidos pelos responsáveis e professores das crianças. A partir dessas informações, a plataforma indicava atividades consideradas adequadas às necessidades identificadas, incluindo músicas, desenhos, brincadeiras e jogos digitais.

Os tablets constituíram os principais recursos tecnológicos utilizados durante os atendimentos, permitindo o acesso à plataforma e às atividades recomendadas. A utilização desses recursos ocorria com a mediação do assistente tecnológico e o acompanhamento da professora psicopedagoga, que participava das atividades realizadas na Sala de Recursos Multifuncionais. Dessa maneira, o uso dos recursos digitais estava associado à mediação pedagógica, considerando as particularidades das crianças e as possibilidades de participação nas atividades propostas.

ISSN: 2358-8829

As informações utilizadas na elaboração do relato foram obtidas por meio de registros das atividades desenvolvidas e de conversas com profissionais das instituições escolares. Durante o acompanhamento, foram consideradas observações relacionadas ao comportamento, à comunicação, à interação, à autonomia e à participação das crianças nas atividades. Também foram considerados os relatos das professoras que conviviam com as crianças nas salas regulares, especialmente aqueles referentes a mudanças percebidas no comportamento e na participação no cotidiano escolar.

A análise da experiência foi conduzida de maneira descritiva e interpretativa, tomando como referência as situações vivenciadas durante os atendimentos, os registros realizados e as informações compartilhadas pelos profissionais das escolas. A organização dessas informações buscou identificar possibilidades e dificuldades relacionadas à utilização dos recursos tecnológicos no acompanhamento das crianças, com atenção às formas de comunicação, interação e participação nas atividades. Por se tratar de um relato de experiência, a análise não teve como finalidade estabelecer relações causais ou comprovar isoladamente a eficácia da plataforma, mas descrever as contribuições e os desafios percebidos no contexto em que os recursos foram utilizados.

Quanto aos aspectos éticos, foram observados os procedimentos de autorização pertinentes à realização da experiência. Na apresentação dos resultados, deve-se preservar a identidade das crianças e evitar informações que possibilitem sua identificação, considerando a faixa etária dos participantes e o contexto educacional em que ocorreu o acompanhamento.

Os tablets foram utilizados para acessar a plataforma Cognvox, desenvolvida por uma empresa privada que oferece soluções tecnológicas voltadas à educação inclusiva e atua em parceria com redes públicas de ensino. No contexto da experiência relatada, a plataforma era utilizada para recomendar atividades pedagógicas a partir de informações obtidas por meio de questionários respondidos pelos responsáveis e professores das crianças. As atividades sugeridas incluíam músicas, desenhos, brincadeiras e jogos digitais, desenvolvidos durante os atendimentos individuais, com duração aproximada de uma hora por semana. A utilização dos recursos ocorria com a mediação do assistente tecnológico e o acompanhamento da professora psicopedagoga da Sala de Recursos Multifuncionais, considerando as necessidades e as possibilidades de participação de cada criança.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência ocorreu entre novembro de 2025 e abril de 2026, em duas escolas públicas municipais de Educação Infantil de Marechal Deodoro–AL, envolvendo 16 crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com idades entre 3 e 5 anos. Os atendimentos foram realizados semanalmente nas Salas de Recursos Multifuncionais, com duração aproximada de uma hora por criança, por meio de tablets com acesso à plataforma Cognvox, sob mediação do assistente tecnológico e acompanhamento da professora psicopedagoga. A análise considerou as observações realizadas durante os atendimentos, os registros das atividades e as conversas com profissionais das instituições, contemplando a participação nas propostas, a comunicação e a interação, a mediação pedagógica e as repercussões percebidas no cotidiano escolar.

A plataforma Cognvox recomendava atividades a partir de informações fornecidas por responsáveis e professores em questionários. As propostas incluíam músicas, desenhos, brincadeiras e jogos digitais, oferecendo diferentes formas de envolvimento durante os atendimentos. A experiência permitiu observar a participação das crianças nessas atividades, embora o interesse demonstrado em uma proposta não deva ser tomado, isoladamente, como evidência de aprendizagem. Mantoan (2015) destaca a necessidade de transformar as práticas escolares para considerar a diversidade dos estudantes. Nessa perspectiva, os recursos digitais podem ampliar as formas de acesso às atividades, desde que sejam articulados às necessidades das crianças e aos objetivos pedagógicos. A tecnologia deve ser entendida como um meio de diversificar as propostas, e não como garantia automática de inclusão ou desenvolvimento. Para afirmar avanços específicos na aprendizagem, seriam necessários registros sistemáticos dos objetivos trabalhados e da evolução individual ao longo do período.

Durante o acompanhamento, foram observados aspectos relacionados à comunicação por imagens, à interação e à necessidade de mediação para utilizar os tablets. A comunicação, contudo, não se restringe à fala: gestos, imagens, expressões e outras manifestações também podem compor as formas de interação de cada criança. Recursos visuais podem facilitar o acesso a determinadas propostas quando correspondem às suas necessidades comunicativas. Bersch (2017) ressalta que a seleção de recursos de tecnologia assistiva deve considerar as necessidades dos usuários e o contexto de utilização. A contribuição de uma ferramenta depende, portanto, da forma

ISSN: 2358-8829

como é apresentada, acompanhada e ajustada. No caso relatado, a utilização de imagens em atividades digitais não significa necessariamente que tenha sido empregado um sistema estruturado de Comunicação Aumentativa e Alternativa; essa classificação exigiria confirmar que as imagens eram utilizadas sistematicamente para comunicação e expressão. A necessidade de mediação durante os atendimentos também demonstrou que o acesso ao equipamento não elimina, por si só, as barreiras à participação. O apoio dos profissionais continuou importante para orientar a realização das atividades e acompanhar as respostas das crianças.

A individualização das propostas também se mostrou relevante para compreender a utilização da plataforma. A Cognvox recomendava atividades com base nas respostas aos questionários preenchidos por familiares e professores. O assistente tecnológico intermediava a utilização dos tablets, enquanto a professora psicopedagoga acompanhava os atendimentos. Dessa forma, o recurso digital integrava uma prática mediada por profissionais, e não uma atividade autônoma ou desvinculada do contexto pedagógico. Galvão Filho (2009) discute a tecnologia assistiva considerando sua apropriação pelos sujeitos e as demandas dos ambientes educacionais. Essa perspectiva ajuda a compreender que a simples presença de uma ferramenta não garante inclusão: é necessário avaliar como ela é incorporada às práticas e se responde às necessidades dos estudantes. Crianças com o mesmo diagnóstico podem apresentar interesses e formas de participação diferentes; por isso, as recomendações da plataforma precisam ser interpretadas pelos profissionais e ajustadas conforme as respostas observadas.

Também é importante distinguir recursos digitais de tecnologia assistiva em sentido específico. Conforme Bersch (2017), essa classificação depende da finalidade e da contribuição do recurso para a funcionalidade, a participação ou a autonomia. Assim, tablets e plataforma devem ser analisados considerando o uso efetivamente realizado com cada criança, evitando classificá-los automaticamente como tecnologia assistiva apenas por serem utilizados em uma proposta inclusiva. O elemento central não é apenas a presença do equipamento, mas sua contribuição concreta para enfrentar barreiras e ampliar possibilidades de comunicação, participação ou realização de atividades.

Além das observações realizadas durante os atendimentos, as professoras das salas regulares relataram perceber melhorias no comportamento de algumas crianças. Esses relatos ampliam a compreensão da experiência por trazerem percepções de outro contexto

escolar, além daquele em que os atendimentos eram realizados. Entretanto, como as informações foram obtidas em conversas, sem instrumentos padronizados ou entrevistas estruturadas informadas, devem ser apresentadas como percepções das profissionais, e não como comprovação de mudanças causadas pela plataforma. Não é possível atribuir as mudanças relatadas exclusivamente à Cognvox, pois outros fatores — como as interações escolares, as práticas pedagógicas e o acompanhamento familiar — também podem influenciar o comportamento. Essa cautela delimita o alcance dos resultados sem desconsiderar a relevância dos relatos. Mantoan (2015) contribui para compreender a inclusão como um processo que exige práticas e organização escolar capazes de considerar as diferenças dos estudantes.

Em síntese, a experiência indica possibilidades de diversificar atividades e apoiar a participação de crianças com TEA por meio de recursos digitais, mas também evidencia a importância da mediação profissional, da individualização das propostas e do acompanhamento contínuo. A contribuição do relato está em registrar possibilidades e desafios observados em um contexto específico, sem concluir que a tecnologia, isoladamente, assegura aprendizagem, autonomia ou inclusão. Pesquisas futuras poderão utilizar registros sistemáticos e acompanhar as crianças por períodos mais longos, de modo a investigar com maior precisão as mudanças em comunicação, interação e participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada permitiu refletir sobre as possibilidades de utilização de recursos tecnológicos no acompanhamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, considerando as atividades desenvolvidas em duas escolas públicas municipais de Marechal Deodoro–AL. A utilização de tablets com acesso à plataforma Cognvox, associada à mediação do assistente tecnológico e ao acompanhamento da professora psicopedagoga, evidenciou a importância de integrar os recursos digitais às práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar.

Entre os principais aspectos identificados, destacaram-se a participação das crianças nas atividades propostas, as possibilidades de comunicação e interação durante os atendimentos e a necessidade de mediação profissional para a utilização dos recursos. Além disso, os relatos das professoras das salas regulares apontaram melhorias percebidas

no comportamento de algumas crianças. Esses achados contribuem para a reflexão sobre o papel das tecnologias no contexto educacional, especialmente quando sua utilização considera as particularidades dos estudantes e está associada ao acompanhamento pedagógico.

Entretanto, os resultados devem ser interpretados considerando os limites do relato de experiência. As observações realizadas e os relatos dos profissionais não permitem afirmar que as mudanças percebidas decorreram exclusivamente da utilização da plataforma Cognvox, tampouco comprovar sua eficácia de maneira isolada. Nesse sentido, destaca-se a importância de compreender a tecnologia como um recurso que pode integrar as estratégias de inclusão escolar, sem substituir a atuação dos profissionais, a interação humana e a organização de práticas pedagógicas adequadas às necessidades das crianças.

Como contribuição para a comunidade científica e educacional, o relato apresenta elementos que podem subsidiar reflexões sobre a incorporação de recursos tecnológicos ao atendimento de crianças com TEA na Educação Infantil, particularmente em redes públicas de ensino. A experiência também reforça a importância da articulação entre os profissionais da educação especializada e aqueles que acompanham as crianças nas salas regulares, favorecendo uma compreensão mais ampla de suas necessidades e formas de participação no ambiente escolar.

Por fim, considera-se pertinente o desenvolvimento de novas pesquisas que investiguem as possibilidades e os limites das plataformas digitais utilizadas na educação inclusiva, com atenção à comunicação, à interação, à autonomia e à participação das crianças. Estudos longitudinais, pesquisas com instrumentos sistemáticos de acompanhamento e investigações que considerem as perspectivas dos profissionais, das famílias e das próprias crianças, respeitando suas formas de comunicação e os princípios éticos da pesquisa, poderão aprofundar a compreensão sobre as contribuições desses recursos. Dessa forma, espera-se que a experiência apresentada estimule novas discussões e investigações sobre o uso crítico, contextualizado e pedagogicamente orientado das tecnologias na construção de práticas educacionais mais inclusivas.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Tecnologia assistiva; Educação Infantil; Recursos digitais.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva – Tecnologia e Educação, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF**: Conselho Nacional de Educação, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 27 out. 2026.

CUNHA, Eugênio. Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 7. ed. Rio de Janeiro: **Wak Editora**, 2026. Disponível em: https://wakeditora.com.br/produto/autismo-na-escola/. Acesso em: 27 out. 2026.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demanda e perspectivas. 2009. **Tese** (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10563/1/Tese%20Teofilo%20Galvao.pdf. Acesso em: 27 out. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015. Disponível em: https://www.gruposummus.com.br/livro/inclusao-escolar/. Acesso em: 27 out. 2026.

ISSN: 2358-8829

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos, SP**: EdUFSCar**, 2014. 160 p. ISBN 978-85-7600-383-0. Disponível em: https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/1614683. Acesso em: 27 out. 2026.